



RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 8 - Número 443 - 26/01 a 30/01/2026**

Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do Novo Caged - MTE

Destaque da Semana

[DSST descarta nova prorrogação dos riscos psicossociais na NR 1](#)

Revista Proteção - 30/01/2026

O Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho, ligado à SIT/MTE, confirmou à revista Proteção hoje, 30 de janeiro, que não haverá nova prorrogação da vigência do capítulo 1.5 da NR 1, que incorpora os riscos psicossociais ao GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). A posição oficial é de que a norma já está plenamente consolidada do ponto de vista técnico e jurídico, cabendo agora às empresas sua efetiva implementação.

O pedido de nova prorrogação foi apresentado pela Bancada dos Empregadores durante a última reunião da CTPP (Comissão Tripartite Paritária Permanente), realizada em dezembro do ano passado, em Brasília/DF e divulgado por Proteção. Na ocasião, os representantes empresariais solicitaram o adiamento por mais um ano da entrada em vigor do item 1.5 da NR 1. Segundo a bancada patronal, a justificativa estaria na suposta ausência de condições técnicas, jurídicas e operacionais mínimas para a aplicação adequada da norma.

Durante a reunião, o representante da bancada empresarial na CTPP, Clóvis Queiroz Neto, afirmou que um dos principais pontos de preocupação dos empregadores seria a disseminação de informações distorcidas no mercado. De acordo com ele, haveria uma proliferação de interpretações equivocadas, impulsionadas por consultorias que desejam ampliar indevidamente o escopo dos riscos psicossociais, associando-os de forma genérica à saúde mental.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Confira os temas de repercussão geral reconhecidos pelo STF em 2025](#)

Supremo Tribunal Federal - 30/01/2026

De acordo com a sistemática da repercussão geral, para serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), os recursos extraordinários devem ter relevância do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, e a controvérsia deve ultrapassar os interesses das partes envolvidas. Em 2025, o Tribunal reconheceu a presença desses requisitos em 54 novos temas. Em 15 deles, o mérito já foi julgado, e a tese fixada orientará a resolução de controvérsias semelhantes nas outras instâncias do Poder Judiciário. Os demais 39 recursos serão analisados posteriormente.

[STF suspende cláusulas coletivas dos Correios decididas pelo TST](#)

Supremo Tribunal Federal - 27/01/2026

Em sua decisão, o ministro Alexandre de Moraes concluiu que os argumentos da ECT sinalizam uma extrapolação indevida do poder normativo da Justiça do Trabalho, demonstrando a plausibilidade do direito alegado. Segundo ele, a jurisprudência do Supremo é consolidada no sentido de que o poder normativo da Justiça do Trabalho deve respeitar os limites previstos na Constituição e na legislação. O ministro avaliou, ainda, que as alegações da ECT indicam possível afronta ao precedente firmado pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 323 que afastou a manutenção de cláusulas de acordos e convenções coletivas após o fim de sua vigência.

[Amicus curiae: a voz da sociedade no julgamento de grandes questões no STF](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 26/01/2026

RADAR TRABALHISTA

Ao longo do tempo, a importância do instituto se consolidou em processos de grande repercussão, evidenciando a abertura do Judiciário à ampliação do debate público. O amicus curiae não integra a relação processual como parte: ele é um colaborador da Justiça que, embora possa ter algum interesse no resultado do julgamento, não está vinculado processualmente a ele. Ou seja, sua participação no processo não se dá para defender interesses próprios, mas para agregar subsídios que possam contribuir para a qualificação da decisão a ser tomada. Além de apresentar peças com informações e dados importantes para a solução da demanda, o amicus curiae pode realizar sustentação oral nas sessões de julgamento.

[STF rejeita ação contra novas regras do saque-aniversário do FGTS](#)

Supremo Tribunal Federal - 26/01/2026

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou, sem análise de mérito, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 1283, em que o partido Solidariedade questionava as novas regras do saque-aniversário do FGTS. O saque-aniversário permite que o trabalhador retire, anualmente, uma parte do saldo do FGTS, no mês de seu nascimento. Quem opta por essa modalidade abre mão do saque integral do saldo do FGTS em caso de dispensa sem justa causa e só pode movimentar a conta em outras hipóteses legais, como aposentadoria, doenças graves ou compra da casa própria.

[Associação é condenada por tolerar racismo recreativo contra serralheiro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/01/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Associação de Permissãoários da Ceasa de Campinas (SP) a pagar indenização por danos morais a um serralheiro vítima de ofensas racistas no ambiente de trabalho. Para o colegiado, as chamadas “brincadeiras” feitas pelo gerente da entidade configuraram “racismo recreativo”, com caráter humilhante e discriminatório, e foram toleradas institucionalmente pela empregadora. O valor da indenização foi fixado em R\$ 30 mil.

RADAR TRABALHISTA

[Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo: crime ainda persiste e pode estar em qualquer lugar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/01/2026

O Brasil contabilizou, em 2025, 4.515 denúncias de trabalho em situação análoga à escravidão, número recorde desde o início da série histórica. O dado integra um total de mais de 26 mil denúncias recebidas entre 2011 e 2025, segundo informações do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), e evidencia a persistência de uma grave violação de direitos humanos no país. No Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, celebrado nesta quarta-feira (28), a Justiça do Trabalho lança a campanha “Trabalho escravo não é coisa do passado. É crime e pode estar em qualquer lugar”, com o objetivo de chamar a atenção para a atualidade do problema.

[Construtora não é responsabilizada por assassinato de encarregado em canteiro de obra](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/01/2026

A família de um prestador de serviços da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. morto a tiros em uma obra em Santos (SP) não receberá indenização da empresa. A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho concluiu que não há elementos que vinculem o homicídio às atividades desempenhadas pelo trabalhador ou à conduta da empregadora.

[Janeiro Branco: empresa é multada por tentativa de acordo com trabalhador em sofrimento mental](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/01/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou um recurso da H Pack Indústria e Comércio Ltda., de Embu das Artes (SP), contra a extinção de um processo em que tentou formalizar acordo com um trabalhador em situação de vulnerabilidade psíquica. A incapacidade foi reconhecida nas instâncias anteriores a partir de provas documentais e de parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT).

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Executivo

[Ministro recebe de entidades manifesto de apoio às mudanças no PAT](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/01/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu nesta quinta-feira (29) em Brasília o presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (ABRAS), João Galassi. A reunião com o representante supermercadista tratou sobre as mudanças no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) estabelecida no Decreto 12.712 de 11 de novembro de 2025, publicado pelo governo federal. Galassi entregou ao ministro um manifesto multissetorial de várias entidades do setor de apoio à implementação e a modernização do programa.

[MTE e MDHC debatem estratégias interministeriais para ampliar inclusão da pessoa idosa no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/01/2026

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu nesta quarta-feira (29), em Brasília, o secretário nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Alexandre da Silva, para tratar da construção de estratégias interministeriais voltadas à população idosa. Durante o encontro, Silva destacou as rápidas transformações no mercado que têm dificultado a adaptação de muitos profissionais, o que acaba restringindo o acesso às oportunidades. Segundo ele, em algumas áreas, profissionais acima dos 40 anos já enfrentam dificuldades significativas.

[Novo Caged: Brasil encerra 2025 com saldo positivo de 1,27 milhão de empregos formais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/01/2026

RADAR TRABALHISTA

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, apresentou, nesta quinta-feira (29), os dados do Novo Caged referentes ao ano de 2025 durante coletiva de imprensa realizada no edifício-sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília. Os números mostram crescimento do emprego formal no país, com saldo positivo de vagas com carteira assinada ao longo do ano.

[Trabalho análogo à escravidão atinge majoritariamente homens negros no Brasil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/01/2026

O [balanço das ações de combate ao trabalho escravo contemporâneo realizadas em 2025](#) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), revela que essa prática em atividades econômicas segue profundamente associada às desigualdades raciais e sociais no Brasil. Do total de trabalhadores resgatados no período, 86% são homens e 83% se autodeclararam negros (pretos ou pardos), evidenciando que a população negra é atingida de forma desproporcional, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

[Governo do Brasil resgata 2.772 trabalhadores em ações de combate ao trabalho análogo à escravidão em 2025](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/01/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), divulgou nesta terça-feira (28), Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, o balanço das ações realizadas ao longo de 2025. No período, foram resgatados 2.772 trabalhadores e trabalhadoras em 1.594 ações fiscais de combate ao trabalho análogo à escravidão, com a garantia do pagamento de mais de R\$ 9 milhões em verbas rescisórias às vítimas.

[MTE inicia pagamento de R\\$ 3,9 bilhões a trabalhadores com saldo retido no saque-aniversário](#)

RADAR TRABALHISTA

Ministério do Trabalho e Emprego - 28/01/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) inicia nesta segunda-feira (2) a liberação de R\$ 3,9 bilhões referentes à segunda parcela dos recursos retidos de trabalhadores e trabalhadoras demitidos entre janeiro de 2020 e 23 de dezembro de 2025, que optaram pelo saque-aniversário. A liberação dos saldos remanescentes segue até 12 de fevereiro e beneficia 822.559 trabalhadores nesta segunda etapa.

[MTE e Senai/DF qualificam trabalhadores da construção civil com emprego garantido em Brasília](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 27/01/2026

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal (Senai/DF) formou, no dia 24 de janeiro, em Brasília, 37 trabalhadores em cursos voltados ao setor da construção civil. Os profissionais, qualificados como Eletricistas de Instalações Prediais e Encarregados de Obras, já saíram do curso com emprego garantido e serão contratados pela BP Construtora. Esta é a terceira turma formada pelo Senai/DF incorporada ao quadro de funcionários da empresa.

[Previdência Social concede 546.254 benefícios por incapacidade temporária por transtornos mentais e comportamentais](#)

Ministério da Previdência Social - 28/01/2026

Em 2025, a Previdência Social concedeu 546.254 benefícios por transtornos mentais e comportamentais (capítulo V da Classificação Internacional de Doenças) - crescimento de 15,66% em comparação a 2024, quando foram concedidos 472.328 benefícios. As duas doenças com maior quantidade de benefícios concedidos no âmbito deste capítulo foram transtornos ansiosos e episódios depressivos, tanto em 2024 quanto em 2025. Entre todas as doenças classificadas (conforme a CID-10), o aumento na concessão de benefícios por incapacidade temporária de 2024 para 2025 foi de 15,19%.

RADAR TRABALHISTA

[Previdência Social protege segurados ao conceder 4,1 milhões de benefícios por incapacidade temporária em 2025](#)

Ministério da Previdência Social - 27/01/2026

A Previdência Social concedeu, em 2025, 4.126.110 benefícios por incapacidade temporária no Brasil – um aumento de 15,19% em relação a 2024. Destes, 94,5% são previdenciários – quando o afastamento não está relacionado ao trabalho. E 5,5% são acidentários – quando o afastamento está relacionado ao ambiente de trabalho do segurado.

[Ministério da Previdência Social cria Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial](#)

Ministério da Previdência Social - 27/01/2026

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, oficializou nesta segunda-feira (26) a criação do Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial (LAB-IA/MPS). A iniciativa, instituída pela [Portaria MPS nº 135](#), visa promover o desenvolvimento, a experimentação e a implementação de soluções de IA para otimizar processos internos, elevar a qualidade regulatória e melhorar o atendimento previdenciário à população.

[Prorrogado para 20 de março o prazo para contestação de descontos indevidos de aposentados e pensionistas](#)

Ministério da Previdência Social - 27/01/2026

O prazo para aposentados e pensionistas contestarem descontos indevidos em seus benefícios foi prorrogado até o dia 20 de março pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão visa garantir o amplo direito dos beneficiários que, desde a última segunda-feira (19), enfrentam instabilidades no Meu INSS.

[Perícia Médica Federal faz mais de 10 milhões de atendimentos em 2025, aumento de 20,48%](#)

RADAR TRABALHISTA

Ministério da Previdência Social - 27/01/2026

A Perícia Médica Federal atendeu, em 2025, mais de 10 milhões de segurados da Previdência Social - um aumento de 20,48% em relação a 2024, quando foram atendidas 8,3 milhões de pessoas. No ano passado, 5,3 milhões tiveram suas perícias realizadas presencialmente e 4,8 milhões tiveram análises documentais por meio do Atestmed - quando o segurado não passa pela perícia presencial e tem a documentação médica analisada remotamente.

[INSS paga 24,3 milhões de aposentadorias e injeta R\\$ 47,4 bilhões por mês na economia](#)

Ministério da Previdência Social - 26/01/2026

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) mantém mais de 24,3 milhões de aposentadorias em todo o país, o que representa cerca de 11% da população total. De acordo com o IBGE, o Brasil possui 213,4 milhões de habitantes, dos quais 34,1 milhões já superaram a marca dos 60 anos — um cenário demográfico que destaca o papel do Instituto na garantia de renda e dignidade para a parcela da sociedade que celebra, neste 24 de janeiro, o Dia do Aposentado.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Evento alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo homenageia irmã Henriqueta, no TRT8](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/01/2026

Dia 28 de janeiro é comemorado o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) escolheu a data para homenagear Marie Henriqueta Ferreira Cavalcante, a irmã Henriqueta, defensora dos direitos humanos e referência nacional na luta contra o abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o trabalho escravo e infantil na Amazônia, principalmente na Região do Marajó.

[MPT apresenta balanço da atuação contra o trabalho análogo ao de escravo em Mato Grosso em 2025](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/01/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) divulgou o balanço da atuação institucional no combate ao trabalho análogo à escravidão, englobando os indicadores de 2025. Os dados revelam que, apesar dos esforços institucionais, o volume de denúncias registradas mantém-se em patamares elevados. No último ano, o MPT-MT recebeu 50 denúncias de trabalho análogo ao de escravo.

[Escravidão contemporânea ainda persiste: MPT intensifica ações em Rondônia e Acre](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/01/2026

O Ministério Público do Trabalho em Rondônia e Acre (MPT-RO/AC) produziu um vídeo institucional com o objetivo de evidenciar que a escravidão contemporânea permanece como uma grave realidade no Brasil, resultado de um processo histórico de exploração

RADAR TRABALHISTA

e de profundas desigualdades sociais que ainda afetam milhares de trabalhadoras e trabalhadores. A iniciativa integra as ações permanentes de conscientização e mobilização social voltadas ao enfrentamento dessa violação de direitos humanos.

[Campanha alerta para o trabalho escravo contemporâneo](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/01/2026

Um dia para jamais esquecer. 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho análogo ao de Escravo, é uma data que demonstra a grave violação a direitos fundamentais: a exploração de trabalhadoras e trabalhadores no país. Foi também nesse dia, em 2004, que os auditores-fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, além do motorista Ailton Pereira de Oliveira, foram assassinados durante uma fiscalização após denúncias de trabalho escravo em fazendas o município de Unaí, em Minas Gerais.

[Primeiro Plano de Erradicação do Trabalho Escravo de MS é oficialmente lançado](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/01/2026

Elaborado a partir de debates iniciados no Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS), foi lançado oficialmente nesta quarta-feira (28), durante evento realizado em Campo Grande, o primeiro Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo e um Fluxo Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Escravo. A iniciativa marca o 28 de janeiro, data instituída para dar visibilidade ao trabalho escravo contemporâneo e reforçar as ações de enfrentamento a essa chaga social.

[Manifestação do MPT sobre contribuição assistencial mostra convergência com entendimento do STF](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/01/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou, na quarta-feira (21/1), Manifestação Téc-

RADAR TRABALHISTA

nica que aponta convergência entre a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a contribuição assistencial como expressão legítima da negociação coletiva e da representação sindical da categoria como um todo, filiados ou não, e o entendimento apresentado na Orientação Conalis nº 20 e nas Notas Técnicas Conalis nº 2 e 9. A decisão do STF ocorreu no julgamento dos embargos de declaração no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.018.459/PR do Tema 935 de Repercussão Geral.

RADAR TRABALHISTA

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Auditores do Trabalho resgatam 2.772 trabalhadores em ações de combate ao trabalho análogo à escravidão em 2025](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/01/2026

Auditores-Fiscais do Trabalho resgataram 2.772 trabalhadores e trabalhadoras em 1.594 ações fiscais de combate ao trabalho análogo à escravidão, em que foram pagos mais de R\$ 9 milhões em verbas rescisórias às vítimas. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Inspeção do Trabalho na quarta-feira, 28 de janeiro, no dia do ato da Chacina de Unaí que completou 22 anos, intitulado “Nunca Esqueceremos”.

[SINAIT participa de reunião da Conatrae que aprovou o 3º Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/01/2026

Em evento realizado nesta quarta-feira (28), em Brasília, membros da Conatrae aprovaram o III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. Trata-se de uma construção interinstitucional e interministerial com participação de organizações da sociedade civil. O diretor do SINAIT, Lucas Reis participou do evento representando a entidade. O III Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (PNETE), que tem por objetivo definir novas metas e responsabilidades para combater o trabalho escravo no Brasil após 16 anos sem atualização. A iniciativa visa fortalecer a prevenção, repressão e reinserção de vítimas.

RADAR TRABALHISTA

Outras Notícias

[Nova fronteira da investigação defensiva para ação rescisória cível e trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 29/01/2026

A investigação defensiva, regulamentada pelo Provimento 188/2018 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, é frequentemente associada, de forma quase exclusiva, à seara criminal. Esse paradigma, contudo, revela-se uma limitação autoimposta que subutiliza um dos mais potentes instrumentos à disposição da advocacia. A sua aplicação transcende as fronteiras penais, apresentando-se como uma ferramenta estratégica de valor inestimável para a instrução de ações revisionais e, de modo ainda mais contundente, para as ações rescisórias cíveis e trabalhistas — remédios jurídicos destinados a desconstituir a coisa julgada material.

[Lesão mínima justifica auxílio-acidente se reduzir capacidade laboral](#)

Consultor Jurídico - 28/01/2026

Para a concessão do auxílio-acidente, exige-se lesão decorrente de acidente de qualquer natureza que implique redução da capacidade laboral. O nível do dano e o grau do esforço adicional exigido não interferem no direito ao benefício, que é devido ainda que a sequela seja mínima. Com base neste entendimento, a 3ª Turma Recursal da Justiça Federal do Paraná determinou que o INSS conceda auxílio-acidente a um agricultor. A decisão reformou a sentença de primeiro grau, que havia negado o pedido sob o fundamento de que a limitação física era “discreta”.

[Empresa é condenada por demitir trabalhadoras com mais de 50 anos](#)

Consultor Jurídico - 27/01/2026

RADAR TRABALHISTA

A 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista), por unanimidade, confirmou a condenação de uma operadora de planos de saúde a indenizar quatro trabalhadoras com mais de 50 anos por terem sofrido demissão discriminatória. Para o colegiado, provas documentais e testemunhais evidenciaram ter havido “seletividade etária” na rescisão contratual das empregadas.

[INSS é condenado a rever aposentadoria por períodos de atividades especiais](#)

Consultor Jurídico - 27/01/2026

A 2ª Vara Federal de Francisco Beltrão (PR) atendeu a parte dos pedidos de um ex-borracheiro e raspador de pneus em um processo de revisão de aposentadoria. O juiz do caso, Christiaan Allessandro Kroll, determinou o reconhecimento de períodos de trabalho em condições especiais e revisão do valor do benefício por tempo de contribuição. O autor buscava o reconhecimento de que exerceu atividades insalubres durante alguns intervalos de sua carreira.

[STF deve julgar pejetização, fundo eleitoral e foro especial em 2026](#)

Consultor Jurídico - 26/01/2026

Com a retomada das atividades prevista para a semana que vem, o Supremo Tribunal Federal deverá travar grandes debates trabalhistas, previdenciários e eleitorais em 2026. Duas das decisões mais aguardadas tratam da legalidade da pejetização nas relações de trabalho e dos vínculos empregatícios de motoristas e entregadores de aplicativos. Os julgamentos, que serão feitos em processos separados, ainda não foram agendados, mas ministros têm afirmado que os temas deverão ser enfrentados nos primeiros meses deste ano.

[Justiça valida rescisão indireta e condena empresa por transfobia](#)

Migalhas - 30/01/2026

RADAR TRABALHISTA

A 3ª turma do TRT da 2ª região ratificou a decisão que reconheceu a rescisão indireta do contrato laboral de uma funcionária, motivada por assédio moral e violência transfóbica, além de determinar o pagamento de indenização por danos morais. A reclamante foi alvo de ofensas e ameaças por parte de um colega de trabalho, sem que a empresa tomasse as devidas providências.

[Vantuil Abdala é designado para Conselho Superior de Relações do Trabalho da FIESP](#)

Migalhas - 30/01/2026

O ministro Vantuil Abdala, sócio fundador do escritório Abdala Advogados, foi designado como 1º Vice-Presidente do Conselho Superior de Relações do Trabalho (CORT) da FIESP, conforme a Resolução da Presidência nº 001/26. O CORT tem como Presidente a Desembargadora Maria Cristina Mattioli, e o mandato será exercido de janeiro a dezembro de 2026.

[TRT-18 reconhece controle de jornada em home office e garante horas extras](#)

Migalhas - 30/01/2026

O TRT da 18ª região manteve a condenação ao pagamento de horas extras a uma analista de faturamento que trabalhou em home office durante a pandemia. A 3ª turma concluiu que o uso de sistemas corporativos permitia o controle da jornada, afastando a aplicação do art. 62 da CLT.

[TRT-15 reverte justa causa de trabalhador visto beijando colega em serviço](#)

Migalhas - 29/01/2026

O TRT da 15ª região reverteu a justa causa aplicada a trabalhador de rede de supermercados dispensado após ter sido visto beijando um colega no estacionamento. A 4ª câmara entendeu que não havia relação de liderança e subordinação entre eles e que a penali-

RADAR TRABALHISTA

dade foi desproporcional ao episódio.

[Juiz bloqueia passaporte de sócio para garantir execução trabalhista](#)

Migalhas - 28/01/2026

A 55ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, autorizou a citação de sócio executado por meio do WhatsApp e determinou a restrição de emissão e uso de passaporte como medida coercitiva, após o esgotamento dos meios executivos típicos e diante de indícios de frustração da execução trabalhista.

[Empregada que perdeu a guarda dos filhos após transferência será indenizada](#)

Migalhas - 15/01/2026

O juiz do Trabalho Max Carrion Brueckner, da 1ª Vara do Trabalho de Taquara/RS, condenou uma empresa do setor de saneamento ao pagamento de R\$ 50 mil por danos morais à trabalhadora que perdeu a guarda dos filhos após ser transferida compulsoriamente para uma unidade distante.

[Etarismo: TRT-2 condena empresa por demitir mulheres acima de 50 anos](#)

Migalhas - 27/01/2026

A 7ª turma do TRT da 2ª região reconheceu a dispensa discriminatória por etarismo e doença grave de trabalhadoras acima de 50 anos desligadas após processo de reorganização empresarial e manteve a condenação da empresa ao pagamento de indenização de R\$ 15 mil para cada autora.

[TRT-3 majora indenização a vigilante que sofreu intolerância religiosa](#)

Migalhas - 26/01/2026

RADAR TRABALHISTA

O TRT da 3ª região, por meio de sua 9ª turma, reformulou decisão anterior para elevar a indenização por danos morais devida a um vigilante que sofreu intolerância religiosa no ambiente laboral. O valor estabelecido foi de R\$ 12 mil, revertendo parcialmente a sentença proferida pela 36ª vara do Trabalho de Belo Horizonte, que havia determinado o pagamento de R\$ 5 mil.

[Empresa indenizará em R\\$ 40 mil por ambiente de trabalho degradante](#)

Migalhas - 26/01/2026

A 1ª turma do TRT da 11ª região confirmou condenação imposta a empresa de engenharia de telecomunicações por submeter empregado a condições inadequadas de trabalho, sem condições básicas de higiene e conforto, durante a execução de atividades em Manaus/AM. A indenização por danos morais foi fixada em R\$ 40 mil.

[TRT-4 condena indústria por morte de trabalhador com fibrose pulmonar](#)

Migalhas - 26/01/2026

A 11ª turma do TRT da 4ª região condenou uma indústria de baterias ao pagamento de indenizações por danos morais e materiais à viúva e aos dois filhos de um ex-empregado que morreu em decorrência de fibrose pulmonar. Para o colegiado, ficou demonstrado que as atividades exercidas pelo trabalhador contribuíram para o agravamento da doença, o que atrai a responsabilidade parcial da empresa por não assegurar ambiente de trabalho seguro.

[Ministério do Trabalho altera NRs 22, 9 e 28, endurecendo penalidades e critérios de fiscalização](#)

Revista Proteção - 30/01/2026

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) publicou nesta sexta-feira (30), no Diário Ofi-

RADAR TRABALHISTA

cial da União, as Portarias MTE [nº 104](#) e [nº 105](#), trazendo ajustes relevantes em NRs (normas regulamentadoras) e dispositivos administrativos, com impacto direto para empresas, profissionais de SST (Saúde e Segurança do Trabalho) e entidades representativas do setor.

[Novas regras da União Europeia padronizam avaliações dos agentes químicos e protegem trabalhadores](#)

Revista Proteção - 29/01/2026

São estabelecidas novas regras da UE (União Europeia) no âmbito do pacote “Uma Avaliação por Substância (OSOA)”, a fim de padronizar as avaliações de segurança química e encurtar a lacuna entre a identificação dos riscos e a adoção de medidas regulamentares, assegurando uma proteção mais rápida e eficaz da saúde humana e do meio ambiente.

[Trabalho escravo: só 4% dos réus recebem penas sobre todos os crimes](#)

Revista Proteção - 28/01/2026

Entre 2000 e 2025, de 4.321 pessoas que responderam por violar os direitos de trabalhadoras e trabalhadores, 1.578 foram absolvidas (37%) e apenas 191 (4%) foram condenadas por todos os crimes atribuídos a elas. Neste 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, um núcleo da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), integrado por advogados e estudantes de direito, divulga levantamento mostrando a durabilidade da lógica escravista nas relações profissionais.

[Levantamento da ANAMT revela crescimento de afastamentos por problemas de saúde mental](#)

Revista Proteção - 27/01/2026

Problemas de ansiedade, depressão, estresse grave, uso de álcool e síndrome de Bur-

RADAR TRABALHISTA

nout: essas são as principais causas, no Brasil, de afastamento do trabalho decorrente de quadros mentais diagnosticados. Além delas, há outros motivos que também aparecem de forma recorrente no atendimento ao trabalhador e que são influenciados pela rotina laboral, como psicoses e transtornos delirantes e do humor.

[Audidores-fiscais comunicam cancelamento de operações de combate ao trabalho escravo](#)

Revista Proteção - 27/01/2026

Documentos obtidos pelo g1 e relatos de auditores apontam um apagão na fiscalização contra o trabalho análogo à escravidão no Brasil no mês em que se celebra o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, na próxima quarta-feira (28). Segundo os fiscais, operações foram canceladas em janeiro e ao menos 78 casos deixaram de ser fiscalizados. De acordo com os auditores, a situação reflete uma insatisfação com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Eles contestam decisões recentes do ministro de revisar pessoalmente processos de inclusão de empresas na lista suja do trabalho escravo.

[Encontro avalia avanços do Brasil no monitoramento de ações contra o trabalho escravo](#)

Organização Internacional do Trabalho - 29/01/2026

Representantes do governo federal, de organizações de trabalhadores e empregadores, da justiça do trabalho e da sociedade civil reuniram-se no dia 27 de janeiro, no Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para dialogar sobre os resultados do monitoramento do Roteiro Estratégico do Brasil na Aliança 8.7.

[OIT saúda o Brasil pela aprovação do III Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo](#)

Organização Internacional do Trabalho - 28/01/2026

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) congratulou o Brasil pela aprovação, por unanimidade, do III Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (PNETE),

RADAR TRABALHISTA

durante evento em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo realizado hoje, em Brasília. A OIT forneceu apoio técnico para a elaboração do III PNETE.

[Jornada 6x1: CBIC defende discussão mais ampla, que melhore indicadores de produtividade](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 30/01/2026

Empresários do setor da construção acompanham com preocupação o debate em torno da redução da jornada de trabalho. No momento em que o Congresso Nacional discute a introdução da jornada 5x2 no Brasil, desafios estratégicos da agenda trabalhista ganham novo fôlego, como a baixa produtividade e o custo da mão de obra. Vocalizando o entendimento do setor, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) defende que a alteração da jornada faça parte de um olhar mais amplo para o mundo do trabalho no país.

RADAR TRABALHISTA

Atos Normativos

[PORTARIA MPS N° 125, DE 26 DE JANEIRO DE 2026](#) (DOU de 27/01/2026 Seção I Pág. 69)

- Aprova o Regimento Interno do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS;

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE N° 1.033, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025](#) (DOU de 28/01/2026

Seção: I Pág. 106) - Altera a Resolução Codefat n° 780, de 14 de dezembro 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego - Sine, para inclusão de manuais metodológicos de serviços;

[PORTARIA MTE N° 104, DE 29 DE JANEIRO DE 2026](#) (DOU de 30/01/2026 Seção I Pág. 121)

- Altera a Norma Regulamentadora n° 28 (NR-28) - Fiscalização e Penalidades;

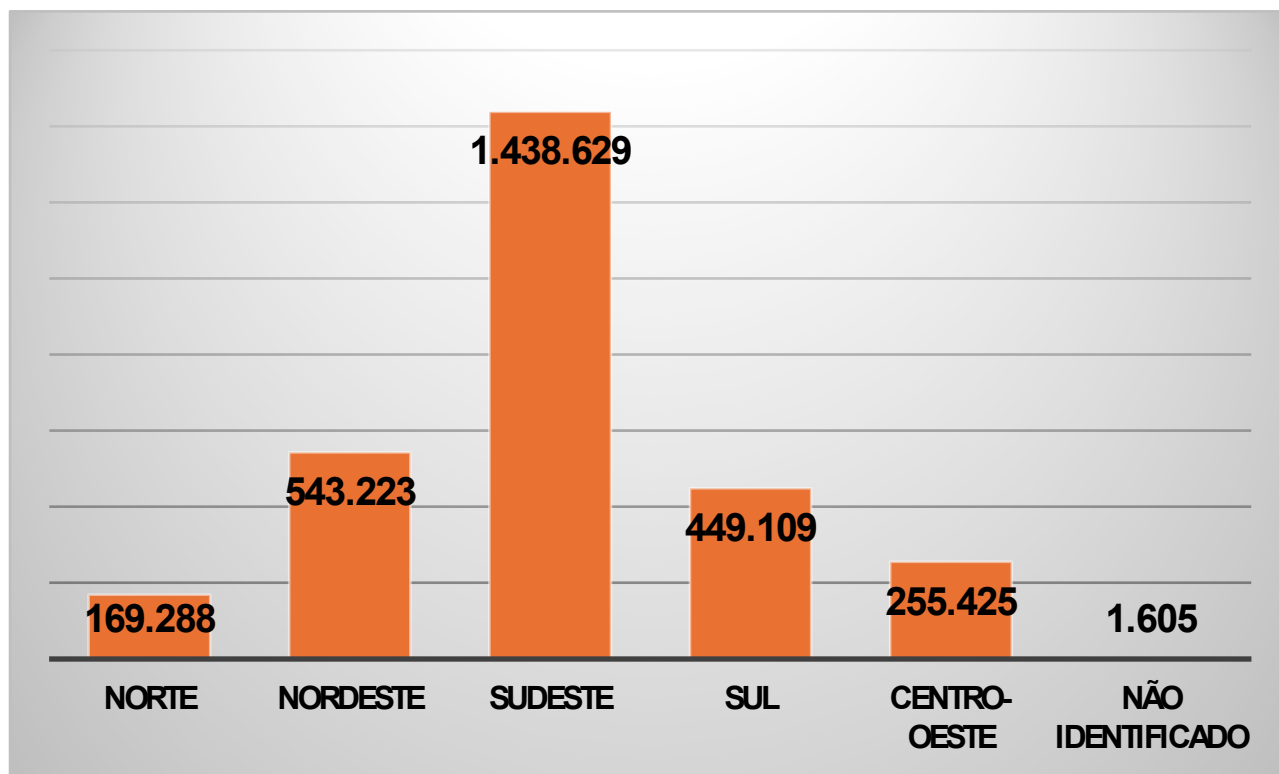
[PORTARIA MTE N° 105, DE 29 DE JANEIRO DE 2026](#) (DOU de 30/01/2026 Seção I Pág.

127) - Altera itens da Norma Regulamentadora n° 22 (NR-22) - Segurança e Saúde Ocupacional na Mineração; aprovada o Anexo V - Exposição a Poeiras Minerais - da NR-22; e dá outras providências;

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos do Novo Caged - MTE

Estoque de trabalhadores formais na Indústria da Construção por região (dezembro/25):



Fonte: Novo Caged - MTE

RADAR TRABALHISTA

Expediente

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)

Renato Correia
Presidente

Fernando Guedes Ferreira Filho
Presidente Executivo

COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin
Vice-presidente da CPRT/CBIC

Gabriela Serafim
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

QUEIROZ NETO ADVOGADOS

Clovis Veloso de Queiroz Neto
Consultor CBIC e Responsável Técnico